

MARIADITA
JAGUARIÚNA

REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS E RURAIS

- HABITE-SE (19) 99215-4852
- INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO (19) 99184-6967
- CAR - CCIR - INCRA

Dr. Caius Godoy (Dr. da Roça) agora aqui todas as semanas



Aos que ainda não me conhecem, meu nome é Caius Godoy, advogado e administrador de empresas com atuação exclusiva no agronegócio. De uma família de produtores rurais do interior de São Paulo, a querida Duartina, tento através do meu trabalho levar informações para dentro da porteira, sendo elas envolvendo o Direito, ou não. Hoje tenho escritório nas cidades de Campinas e Jaguariúna e com muito orgulho sou conhecido e chamado carinhosamente pelos meus amigos e clientes, como o Dr. da Roça. Espero que gostem da minha coluna semanalmente falando sobre o mundo agro e agradeço pela oportunidade do Grupo O Regional de comunicação.

E como sempre finalizo, tchaaaau obrigado!!

A FINALIDADE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)

O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) é um tributo federal previsto no artigo 153, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, e regulamentado pela Lei nº 9.393/1996. Trata-se de um imposto de competência da União, cuja arrecadação pode ser compartilhada com os municípios que aderirem ao convênio com a Receita Federal. O objetivo principal do ITR vai além da mera arrecadação, pois também cumpre uma função extrafiscal, estimulando o uso produtivo da terra e desencorajando a especulação imobiliária.

Diferentemente de outros tributos patrimoniais, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o ITR possui uma natureza extrafiscal, ou seja, sua principal finalidade não é arrecadatória, mas regulatória. Seu cálculo é baseado no Valor da Terra Nua (VTN), considerando-se a extensão da propriedade e sua utilização efetiva. O imposto é progressivo, ou seja, sua alíquota aumenta conforme a área da propriedade e a ociosidade da terra. Quanto maior a área improdutivo, maior será a tributação, o que incentiva o uso racional da propriedade rural.

O ITR tem como principal finalidade estimular a produtividade no meio rural. A Constituição Federal determina que a propriedade deve cumprir sua função social, conforme os artigos 184 a 186. Isso significa que a terra deve ser utilizada de forma sustentável, gerando empregos e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

Para incentivar o uso produtivo da terra, a legislação prevê reduções e isenções do ITR para pequenos produtores e áreas preservadas. Imóveis rurais utilizados para fins de preservação

ambiental, por exemplo, podem ser isentos do tributo, desde que devidamente cadastrados junto aos órgãos competentes.

Os valores arrecadados pelo ITR são destinados à União e, nos casos em que há convênio firmado, 100% do tributo pode ser repassado aos municípios. Isso significa que a fiscalização e a arrecadação podem ser descentralizadas, fortalecendo a autonomia financeira das cidades que possuem grandes extensões de terra rural.

A correta aplicação dos recursos arrecadados é essencial para o financiamento de políticas públicas voltadas ao setor agropecuário, infraestrutura rural e preservação ambiental. Dessa forma, o ITR não apenas desencoraja a concentração fundiária improdutivo, mas também pode ser um instrumento de fomento ao desenvolvimento sustentável.

O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural desempenha um papel fundamental na política fiscal e agrária do Brasil. Sua função extrafiscal visa garantir que as terras sejam utilizadas de forma produtiva e sustentável, combatendo a especulação imobiliária e promovendo a justiça social no campo. Além disso, sua arrecadação contribui para o fortalecimento financeiro dos municípios, auxiliando na implementação de políticas públicas voltadas ao setor rural. Assim, o ITR se configura como um importante mecanismo de incentivo ao desenvolvimento econômico equilibrado e à preservação ambiental no país.

Dr. Caius Godoy, Advogado Especialista em Holdings Familiares. Presidente da Comissão de Cultura, Mídia e Entretenimento da OAB Jaguariúna.

e-mail: caius.godoy@adv.oabsp.org.br

Novo cadastro da agricultura familiar começa a operar este mês no Brasil

O novo sistema de Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) 3.0 começa a operar a partir deste mês em todo o País. A iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) reforça a retomada do antigo cadastro, que estava inoperante e sem estrutura para atender à demanda crescente. O CAF 3.0 busca simplificar ainda mais o cadastro, integrar dados e garantir o acesso mais eficiente a diversas políticas públicas.

"A agricultura familiar é muito relevante para o Brasil em termos econômicos e sociais. O novo cadastro cumpre uma função importante de inclusão para apoiar pequenos agricultores que contribuem significativamente para o consumo doméstico de produtos de qualidade", afirma o Country Director da Ascenza Brasil, Renato Francischelli.

O processo de atualização do CAF teve início há dois anos. Em 2024, segundo o MDA,

3.073.324 de unidades familiares contavam com Cadastro ou a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativos. Ainda segundo o Ministério, aumentou quatro vezes e meia a média mensal de emissões do CAF entre 2022 e 2024. O sistema conta com 6.690 entidades emissoras e mais de 20 mil técnicos emissores em todo o Brasil, realizando até 13 mil atendimentos, entre atualizações e cadastros, diariamente.

Podem se cadastrar no CATF agricultores familiares, pescadores artesanais, aqüicultores, silvicultores, extrativistas, quilombolas, assentados do Programa Nacional de reforma Agrária (PNRA), beneficiários do Programa Nacional de Crédito fundiário (PNCF) e formas associativas da agricultura familiar.

Entre as inovações do CAF 3.0 destacam-se o fim da etapa de triagem, fim do CAF Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), CAF automático para Reforma Agrária, integração com registros de terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), integração com registros de renda, cinco anos de validade para região norte e três anos para as demais regiões; marcação de agroecologia para os produtos e identificação dos 28 segmentos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Segundo o MDA, a transição da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para o CAF teve início em 2023, transformando o cadastro no principal instrumento de identificação e habilitação dos agricultores familiares e suas organizações para o acesso às políticas públicas.

A mudança tem como finalidade reconhecer e integrar as unidades familiares às políticas públicas, como a concessão de crédito, e também para outros programas e iniciativas de fortalecimento da agricultura familiar. O cadastro permite mapear as necessidades das famílias, identificar características produtivas e garantir que políticas públicas sejam implementadas de forma mais eficiente e inclusiva.

Para os agricultores, as vantagens do CAF 3.0 são a simplificação do processo de cadastro, integração com outras bases de dados, monitoramento e fiscalização otimizados, acesso a incentivos e programas de sustentabilidade, transparência e acesso público. O novo sistema oferece maior transparência, permitindo

que informações ambientais sejam acessíveis ao público, promovendo a responsabilidade socioambiental.

Um grande país

O Anuário Estatístico da Agricultura Familiar 2023, divulgado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), aponta que se todos os agricultores familiares do Brasil formassem um país, seria o oitavo maior produtor de alimentos do mundo.

Segundo o mais recente Censo Agropecuário do IBGE, feito em 2017 e divulgado em 2019, o Brasil tem 5.073.324 produtores agropecuários, 76,8% deles dedicados à agricultura familiar, somando 3.897.408 de famílias, que ocupam 23% da área dedicada a atividades agropecuárias. Ainda segundo o IBGE, a agricultura familiar emprega 66,3% dos trabalhadores em atividades agropecuárias do país, cerca de 10 milhões de pessoas. Entre os produtores rurais familiares, 81% são proprietários de terras.

Acesso a recursos

Agricultores familiares já tiveram acesso a R\$ 43,3 bilhões do Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025 nos primeiros sete meses, 6,4% mais que o contratado no mesmo período da safra anterior, segundo balanço do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar divulgado no fim do mês passado. O valor representa 1.078.789 de operações de financiamento para agricultores familiares, agroindústrias e cooperativas.

No atual Plano Safra, lançado em junho do ano passado, foram disponibilizados R\$ 76 bilhões para apoiar a produção sustentável de alimentos saudáveis para a população brasileira. As regiões no Brasil que mais acessaram o crédito rural do Pronaf, no atual Plano Safra, por quantidade de operações, foram o Nordeste, com 52% das operações, e o Sul, com 29%.

A legislação determina que o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) com inscrição ativa é requisito para o acesso de agricultores familiares e demais beneficiários às políticas públicas de apoio e incentivo à produção agrícola familiar.

Link para o CAF:

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrarse-no-caf-cadastro-nacional-da-agricultura-familiar>

Sobre a Ascenza

Multinacional referência nas soluções pós-patente, a Ascenza, do grupo Rovensa, atua na proteção de culturas desde 1965 com o objetivo de fornecer as melhores alternativas aos clientes, através de uma estreita relação com distribuidores, agricultores e técnicos, com a missão de ajudar a alimentar a população mundial crescente. A empresa está sempre desenvolvendo competências notáveis e inovando para apresentar as melhores soluções aos constantes desafios do mercado, com produtos de qualidade, personalizados para as diferentes lavouras. O nome Ascenza deriva da palavra latina ascendere, que significa ascender, crescer, subir, alinhado com nosso propósito de Cultivar o Futuro. Proximidade, simplicidade, agilidade e sustentabilidade são compromissos da empresa, que tem como pilares cuidar das plantas, das pessoas e do planeta. As soluções da empresa garantem uma dieta saudável e equilibrada à população mundial crescente, com respeito pelo planeta.

AgroNotícias

Mauricio Picazo Galhardo



EMISSÃO DE CARBONO

O preço das emissões de carbono na agropecuária brasileira foi estimado em 11,54 dólares por tonelada de gás carbônico equivalente (US\$ 11,54/tCO₂e). Esse valor foi calculado por um estudo da Embrapa Territorial (SP) embasado em trabalhos científicos de diversos países. Foram analisados valores, métodos de cálculo e fatores que determinam o preço do carbono emitido pela agricultura ao redor do mundo.

PLANTIO DIRETO

O Sistema Plantio Direto (SPD), como ferramenta fundamental na mitigação e adaptação às mudanças climáticas, foi tema de evento ocorrido em Brasília (DF), nesta segunda-feira (10). Promovido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), em parceria com a Federação Brasileira do Sistema de Plantio Direto, o encontro trouxe, a partir do Projeto SPD Agro+, as políticas públicas, inovações científicas e práticas agrícolas sustentáveis.

RECIPROCIDADE

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se reuniu para debater o Projeto, que trata da Reciprocidade Ambiental. A proposta, de autoria do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), é uma das pautas prioritárias da bancada e está sob a relatoria da senadora Tereza Cristina (PP-MS), que apresentou um substitutivo no final de fevereiro deste ano. Segundo a senadora, a iniciativa surgiu da preocupação com as medidas ambientais propostas pela União Europeia e da necessidade de garantir condições equitativas para os produtos brasileiros no mercado internacional.

AGENDA AGRO

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil lança, no dia 26 de março às 9h, a "Agenda Legislativa do Agro – CNA 2025", em sessão solene no plenário do Senado Federal. A Agenda Legislativa está dividida em eixos temáticos: Economia e Tributação; Meio Ambiente; Direito de Propriedade; Produção Agropecuária; Infraestrutura e Logística; Tecnologia e Educação no Campo; Relações Trabalhistas e Relações Internacionais. Para cada um dos eixos são apresentados os projetos de lei prioritários para o setor em tramitação no Congresso Nacional.

PRODUÇÃO DE GRÃOS

Com o andamento da colheita de verão, principalmente de soja, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) atualizou as suas estimativas de safra para 2024/25. A Conab aumentou em 2.6 milhões de toneladas a sua projeção sobre a produção de grãos para 328.3 milhões de toneladas. O volume corresponde a um aumento de 10,30%, ou 30.6 milhões de toneladas em relação ao do ciclo anterior.

CLIMA

A Câmara dos Deputados lançou uma nova página especial em seu portal para abordar os impactos das mudanças climáticas na produção de alimentos e os desafios enfrentados pelo setor agropecuário. O material visa esclarecer como o aquecimento global afeta a segurança alimentar, a economia e a produtividade das terras cultiváveis. Apesar dos compromissos internacionais para reduzir as emissões de carbono, os níveis continuam elevados, agravando fenômenos climáticos como secas prolongadas e chuvas intensas.

SERVIÇO DE INSPEÇÃO

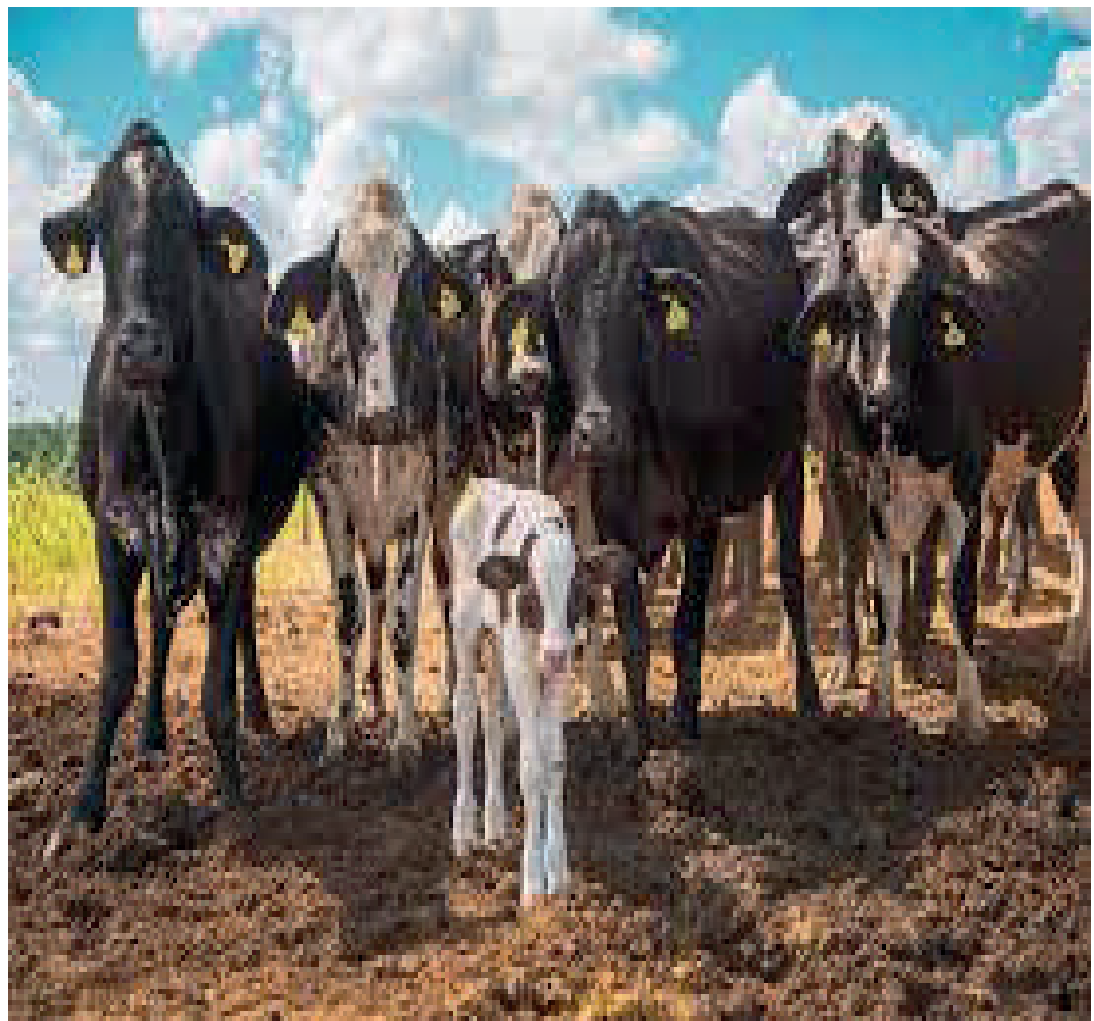
No mês de março, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) através da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), celebra a conquista que estipula a marca de 700 estabelecimentos registrados junto ao Serviço de Inspeção de São Paulo, o SISP. "É uma marca importante no que tange à qualidade e à procedência dos produtos de origem animal produzidos e consumidos no Estado de São Paulo", comemora João Gustavo Loureiro, médico-veterinário e diretor do Centro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (CIPOA).

OVOS

Em fevereiro, as exportações brasileiras de ovos processados atingiram recorde para o período, considerando-se a série histórica da Secex, iniciada em 1997. Pesquisadores do Cepea explicam que esse cenário foi impulsionado pela crescente demanda dos Estados Unidos, que vêm enfrentando um surto de gripe aviária. No mês, o país adquiriu pouco mais que o dobro do volume de ovos processados registrado em janeiro. (Com as informações de assessorias)

Mauricio Picazo Galhardo é jornalista.

Tecnologia e sustentabilidade na pecuária: o caminho para uma produção eficiente e consciente



A pecuária intensiva enfrenta um grande desafio: aumentar a produtividade sem prejudicar o meio ambiente. Com a crescente demanda por carne e seus derivados, surgem dúvidas sobre como alinhar a produção animal às necessidades de preservação ambiental. Para isso, novas tecnologias e estratégias sustentáveis têm sido adotadas.

O setor agropecuário, em suas diversas vertentes, é um dos maiores consumidores de energia, seja para manter as pastagens, operar equipamentos ou controlar a temperatura em confinamentos. Por isso, é fundamental investir em fontes renováveis e sistemas eficientes.

Fazendas que adotam práticas sustentáveis têm optado por usar painéis solares e biodigestores, aproveitando resíduos orgânicos para gerar energia. Essas soluções ajudam a reduzir custos operacionais e a dependência das fontes tradicionais de energia. Exemplos de sucesso mostram que a combinação dessas tecnologias torna a atividade pecuária mais produtiva e ecológica.

Uma das estratégias mais promissoras para tornar a pecuária mais sustentável é o sistema de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), que vem ganhando força em várias regiões do país. Esse modelo permite diversificar a produção, melhorar a qualidade do solo e otimizar o uso de insumos, diminuindo a necessidade de irrigação e fertilizantes sintéticos.

As árvores presentes no sistema proporcionam som-

breamento para os animais, reduzindo o estresse térmico e, assim, diminuindo a necessidade de climatização em currais e granjas, reduzindo o consumo de energia elétrica. Os sistemas de monitoramento digital ajudam a controlar em tempo real o consumo de energia e o bem-estar dos animais, permitindo um uso mais racional dos recursos.

O confinamento de gado também tem evoluído, com técnicas como a alimentação de precisão, que reduz desperdícios e melhora a conversão alimentar. Além disso, o aproveitamento dos dejetos para a produção de biogás gera energia limpa, diminuindo a dependência de fontes convencionais e ajudando a fechar o ciclo de sustentabilidade na pecuária.

Manter a operação das fazendas funcionando de maneira contínua é fundamental para garantir a produtividade. O aluguel de gerador de energia tem se mostrado uma solução eficaz para garantir autonomia e reduzir desperdícios. Com essa estratégia, é possível evitar falhas no fornecimento de energia e prevenir perdas na produção, tornando o sistema mais confiável e competente.

Adotar sistemas sustentáveis e tecnologias que promovem a eficiência energética são passos essenciais para um modelo de produção mais harmônico com o meio ambiente. Experiências bem-sucedidas provam que é possível crescer economicamente enquanto se preserva os recursos naturais, oferecendo um futuro mais sustentável para o setor agropecuário.

AGRO CARTOON

PICAZO

EMISSÕES DE CARBONO

O PREÇO DAS EMISSÕES DE CARBONO NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA FOI ESTIMADO EM 11,54 DÓLARES US\$11,54/tCO₂e POR TONELADA DE GÁS CARBÔNICO, VALOR CALCULADO POR ESTUDO DA EMBRAPA TERRITORIAL (SP)

DESENHO: PIXABAY.COM

583/125

JORNALISTA VOLUNTÁRIO

Governo de SP aposta em novas cultivares e linhas de crédito para irrigação

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de SP promove, por meio de seus institutos e coordenadorias, ações para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas, a fim de garantir a produção de alimentos em território paulista de forma sustentável com bons níveis de produtividade.

Por meio do Instituto de Zootecnia (IZ-Apta), da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, a Secretaria de Agricultura identifica e desenvolve plantas forrageiras, mais adaptadas às mudanças climáticas, com maior eficiência no uso de nutrientes e que impactam positivamente o meio ambiente.

Isso só é possível graças ao Banco Ativo de Germoplasma (BAG), do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Pastagem e Alimentação Animal do IZ. Vale destacar que o BAG conta com 2000 genótipos de plantas forrageiras armazenados em sementes e um herbário com 1830 espécies. "Estamos atentos às mudanças climáticas, assegurando a produção de alimentos com cultivares mais adaptados ao aumento da temperatura, às variações de chuvas e aos eventos climáticos extremos", destaca o secretário de Agricultura e Abastecimento de SP, Guilherme Piai.

LEIA TAMBÉM: Governo de SP investe mais de R\$ 160 milhões em recuperação de estradas rurais e aquisição de maquinários agrícolas

O Instituto Agrônômico, também vinculado à Apta, desenvolve soluções tecnológicas, por meio da genética, em um contexto de mudanças climáticas e da crescente demanda mundial por alimentos. O Programa de Melhoramento Genético do Feijoeiro do IAC, por exemplo, com as duas cultivares IAC VU 211 Bamboo e a IAC VU 212 Red Bamboo, atendem mercados como a China e a Índia.

O IAC também desenvolve porta-enxertos, parte inferior da planta para a produção de mudas, que se destacam pela maior tolerância ao estresse hídrico, ou seja, quando há pouca disponibilidade de água. Os materiais, importantes para a citricultura paulista – uma das principais atividades agrícolas do agro paulista, são: Citrandarins IAC 3128, Guanabara, IAC 3152 Itajobi, IAC 3026 Santa Amélia, IAC 3010 Pindorama, IAC 3070 Capão Bonito e IAC 3299 Muriti.

Além da vantagem em relação à falta de água, os porta-enxertos permitem a diversificação de variedades nos pomares brasileiros com alta qualidade da fruta para a indústria ou para o consumo in natura. Mas as pesquisas vão muito além, o IAC também desenvolve tecnologias para produtos como amendoim, milho, mandioca, café, batata-doce e cana-de-açúcar.

LEIA TAMBÉM: Governo de SP usa drone e

câmera de baixo custo para selecionar plantas tolerantes à seca

Irrigação

Para aumentar a eficiência no uso de água e mitigar os efeitos da estiagem, SP disponibilizou uma linha de crédito de R\$200 milhões para irrigação pelo Programa Irriga + SP parceria entre a Secretaria de Agricultura e a Desenvolve SP. Os recursos são destinados a projetos com foco na implementação de sistemas de irrigação, energia fotovoltaica e agricultura de precisão. A iniciativa pretende garantir a produção de alimentos e o desenvolvimento regional em um cenário de eventos climáticos extremos.

LEIA TAMBÉM: SP libera R\$ 10 milhões e eleva limite em linha de crédito para produtoras rurais

O objetivo da linha, recurso do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), é dobrar as áreas irrigadas do estado em 4 anos e alcançar 15% em 2030. Hoje, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), áreas irrigadas produzem mais de 40% dos alimentos mundiais. O Atlas da Irrigação, da Agência Nacional de Águas (ANA), prevê uma incorporação de 4,2 milhões de hectares de área irrigada até 2040 no país.

Pesquisadores da USP desenvolvem fertilizante para aumentar a produtividade no campo

A crescente demanda por alimentos, rações e biocombustíveis sustentáveis tem desafiado cientistas e produtores a buscarem soluções inovadoras para garantir a produtividade agrícola. Segundo o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, a população mundial deve atingir 9,7 bilhões até 2050, o que exigirá um aumento de aproximadamente 47% na produção agrícola global.

Diante desse cenário, pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) desenvolveram a patente Fertilizante Nitrogenado Multinutriente de Eficiência Aumentada, que promete reduzir significativamente as perdas de nutrientes no solo e melhorar o rendimento das lavouras.

LEIA TAMBÉM: Pesquisadores da USP criam minicérebros para investigar a chave do envelhecimento saudável

Fertilizantes nitrogenados

De acordo com Bruno Cassim, doutorando pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP e um dos responsáveis pela patente, a produção agrícola tem crescido nas últimas décadas, impulsionada principalmente pelo uso de fertilizantes nitrogenados, como a ureia, amplamente utilizada em todo o mundo.

"A ureia é o fertilizante nitrogenado mais popular para o fornecimento de nitrogênio às plantas. Entretanto, quando aplicada sobre a superfície do solo, a ureia pode ser hidrolisada

pela enzima urease e perdida por volatilização de amônia, causando então prejuízos econômicos para os agricultores e contaminação de ecossistemas aquáticos e terrestres", pontua.

Inovação

Para solucionar o problema da volatilização, a equipe de pesquisadores combinou a ureia com micronutrientes e o estabilizador NBPT. Cassim explica que a nova formulação tem o objetivo de minimizar as perdas de nitrogênio, garantindo maior aproveitamento do fertilizante e aumento da produtividade no campo. "Com a adição do NBPT e micronutrientes em macro ou nanoescala nos grânulos de ureia conseguimos diminuir as emissões gasosas de nitrogênio e aumentar a disponibilidade de nutrientes para as plantas", explica.

LEIA TAMBÉM: Consumo de frutas, café, chocolate e vinho reduz em até 23% o risco de doenças cardiovasculares, mostra estudo de SP

Conforme o especialista, a tecnologia é voltada para agricultores e empresas do agronegócio, abrangendo tanto grandes quanto pequenos produtores. O fertilizante pode ser utilizado no momento da semeadura para fornecer nitrogênio e micronutrientes essenciais ao crescimento inicial das plantas, mas ele explica que a recomendação principal é seu uso na adubação de cobertura, em que a ação na redução das perdas por volatilização é mais eficiente.

Desenvolvimento

De acordo com Bruno Cassim, o fertilizante encontra-se atualmente em fase de testes e desenvolvimento. Ele explica que foram realizados estudos em laboratório e em campo, e os resultados têm sido animadores até o momento. No entanto, o pesquisador afirma que algumas interações físico-químicas entre o estabilizador NBPT e os micronutrientes precisam ser mais bem compreendidas antes que o produto seja disponibilizado comercialmente.

LEIA TAMBÉM: Cigarros eletrônicos alteram composição da saliva, aumentando o risco de doenças bucais, mostra estudo de SP

"Estamos confiantes de que esse fertilizante multinutriente de eficiência aumentada pode melhorar a produtividade e a qualidade dos cultivos, especialmente em um cenário onde a deficiência de micronutrientes tem se tornado cada vez mais comum", conclui Cassim.

Os estudos foram financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), em parceria com o Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena/USP). O desenvolvimento da patente é resultado de projetos de doutorado e pós-doutorado, sob a orientação do professor Rafael Otto da Esalq. Além de Cassim, participaram do processo os pesquisadores da Esalq Izaías Lisboa e Frederico Pereira, além de Cleber Prestes, do Cena/USP.

Agro paulista registra superávit de US\$ 3 bi no primeiro bimestre de 2025

As exportações do agronegócio paulista totalizaram US\$ 4,03 bilhões e as importações US\$ 1,02 bilhão no acumulado de janeiro e fevereiro de 2025. Como resultado, o saldo da balança comercial apresentou um superávit de US\$ 3,01 bilhões, representando uma queda de 25,7% em relação ao primeiro bimestre de 2024. Os dados fazem parte da análise mensal do Instituto de Economia Agrícola (IEA-Apta), vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

O resultado é fruto de uma queda brusca nas exportações de açúcar, principal produto da pauta paulista para o mercado internacional, que estava aquecido devido à maior disponibilidade do produto proveniente da Índia, Tailândia e União Europeia, associado ao período de entressafra brasileiro. "Os produtores optaram por comercializar o açúcar no mercado interno, onde o preço está mais vantajoso com a desvalorização do dólar frente ao real no começo de 2025", comenta José Alberto Angelo, pesquisador científico do IEA-Apta.

Apesar da queda registrada, os embarques paulistas garantiram mais uma vez o status de maior exportador brasileiro a São Paulo, com 18,1% de participação, seguido por Mato Grosso (15%), Minas Gerais (11,6%) e

Paraná (11,5%).

"Os embarques registrados no início do ano deram uma enfraquecida diante da instabilidade do câmbio, mas o agro paulista manteve sua representatividade nos resultados nacionais. O setor de sucos e o complexo sucroalcooleiro respondem por mais de 50% do total exportado pelo Brasil. Esses números representam a força das agroindústrias paulistas na economia do Estado e do País", ressalta Guilherme Piai, secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

Segundo os dados do IEA-Apta, a participação do setor de sucos nos embarques totais foi de 88%, seguido pelos produtos alimentícios diversos (69,8%), produtos de origem vegetal (65,8%) e complexo sucroalcooleiro (55,2%).

Exportações por Grupos de Produtos

Os cinco principais grupos de produtos exportados pelo agronegócio paulista no primeiro bimestre de 2025 foram:

- Complexo sucroalcooleiro: 27% de participação no agro paulista, US\$1,09 bilhão, sendo que o açúcar

representou 91,6% e o etanol, 8,4%.

- Grupo de sucos: 14,2% na fração, somando US\$573,74 milhões, dos quais 98,6% correspondem ao suco de laranja.

- Setor de carnes: 14,1% de porção, na ordem US\$567,76 milhões, com a carne bovina respondendo por 82,1%.

- Produtos florestais: 12,3% de participação, US\$494,75 milhões, com celulose representando 54,7% e papel 36,2%.

- Grupo de café: 7,4% na cota, registrando US\$297,21 milhões, sendo 70,4% referentes ao café verde e 26,5% ao café solúvel.

Esses cinco grupos representaram, em conjunto, 75% das exportações do agronegócio paulista. O complexo soja aparece na sétima posição, com vendas de US\$ 175,91 milhões, sendo 24,1% referentes ao farelo de soja e 68,5% à soja em grão. A expectativa é de um aumento nas vendas desse grupo nos próximos meses, conforme avance a colheita no estado de São Paulo.